

Contrato de seriedade

Austeridade fiscal em ano de eleição parece fantasia, mas talvez seja possível conter os gastos eleitorais em 1998. O Executivo federal poderá ter meios, pela primeira vez em muito tempo, para cobrar disciplina financeira da maior parte dos governadores. Mas, para isso, terá de concluir ainda este ano os contratos de refinanciamento das dívidas de Estados. Até sexta-feira dois acordos foram assinados, o de São Paulo e o de Mato Grosso. Faltam 16. Os governadores precisarão, para formalizar os contratos, comprometer-se a cumprir programas fiscais, controlando gastos, procurando aumentar a receita, vendendo empresas e, principalmente, dando um jeito nos bancos estaduais. O socorro aos governos com bancos em crise tem sido condicionado. Para evitar a liquidação, o governador tem de aceitar a privatização do banco ou sua transformação em agência de fomento.

O Banerj, do governo fluminense, foi privatizado. Estão na fila o Bemat (Mato Grosso), o Credireal (Minas Gerais), e o Banespa (São Paulo) e o Meridional, federalizado. Os bancos estaduais têm sido instrumentos importantes de ação eleito-

reira, servindo tanto para a concessão de empréstimos favorecidos quanto para antecipar dinheiro aos governos. Há um vínculo importante entre a quebra dos bancos e dos Tesouros de Estados. Fala-se muito sobre o risco, em 1998, de uso da máquina. Muita gente esquece, aparentemente, que os bancos e a Fazenda pública têm sido as peças principais dessa máquina. Impor disciplina fiscal, dificultar o endividamento e encerrar a atividade bancária dos Estados são meios de conter o abuso dos recursos públicos. Isso é muito mais eficaz, e muito mais sério, do que impedir governadores candidatos a reeleição de participar de inaugurações. Produzir obras — quando há dinheiro — é uma das funções do governante. Moer dinheiro e atolar o Estado em dívidas, para atender a interesses eleitorais, é algo bem diferente. Isto foi feito muitas vezes, mesmo sem a possibilidade de reeleição, e por isso vários Estados praticamente quebraram.

Essa quebra não teria sido possível sem a tolerância do governo federal. Estamos pensando não apenas na atuação do Banco Central, refinanciando generosamente os bancos

estaduais, mas também na do Senado, aprovando sem dificuldade o endividamento dos Estados. É fácil acusar o BC por não haver impedido as dívidas excessivas. Mas nada elimina a responsabilidade dos senadores, a começar pelos da maioria governista. O refinanciamento dos Estados, agora, pode trazer essa novidade: o socorro federal, pela primeira vez, poderá não ser uma forma de acomodar, simplesmente, a crise dos Estados. Ao invés disso, o Executivo federal terá condições de levar os governadores, por meio de contratos, a um compromisso público de austeridade. Se o Senado fizer sua parte, contribuindo para evitar brechas nesse compromisso, uma grande mudança estará começando nas finanças públicas. Também será preciso evitar que empresas controladas pelos Estados funcionem, nos próximos anos, como tomadoras e repassadoras de recursos.

Mesmo compromissos assumidos publicamente, em 1997, poderão não ter grande peso dentro de alguns anos. É esse o

grande risco assumido pelo Tesouro Nacional, ao aceitar o encargo do refinanciamento. Se o compromisso funcionar em 1998, porém, pelo menos um ano de eleição terá passado sem novos abusos financeiros. Vencer esse primeiro obstáculo poderá resultar num fortalecimento do acordo. Depois, a neutralização dos bancos, pela privatização ou pela sua conversão em agências de fomento, reduzirá as possibilidades de desmandos.

Garantir a disciplina fiscal em 1998 será especialmente importante. Essa disciplina será necessária, de qualquer forma, para haver progresso no ajuste fiscal. Mas um avanço em período de eleição poderá valer pontos extras no placar da credibilidade. Boa parte da especulação sobre os rumos do Plano Real está condicionada pelo calendário político. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso tem o desafio — e alguns meios não desprezíveis — de conduzir o País nesse teste. A aprovação poderá ser muito vantajosa para a economia brasileira.

**Desta vez,
acordos com
governadores
poderão servir de
freio a gastos
eleitorais**